

# Manobra para protelar a renegociação global

Em uma das sessões preparatórias para a assembleia conjunta do FMI/Banco Mundial, ora em curso em Washington, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan, propôs que na próxima reunião dos comitês Interino e de Desenvolvimento do Fundo, prevista para abril de 1985, sejam objeto de discussão as questões relacionadas ao endividamento externo dos países em desenvolvimento.

A sugestão de Regan pode ser interpretada como uma resposta à moção aprovada na última conferência dos onze países endividados da América Latina, realizada em Buenos Aires, no sentido de desenvolver um esforço diplomático para a celebração de uma reunião de cúpula dos representantes desses países e das nações industrializadas.

A oferta do secretário do Tesouro é, sem dúvida, um avanço, principalmente partindo de quem parte. Como se recorda, Regan deu declarações cáusticas ao ser perguntado, há cerca de três meses, sobre o que achava da iniciativa dos endividados latino-americanos de convocar um pri-

meiro encontro, em Cartagena, na Colômbia, para discutir questões comuns relacionadas ao endividamento. Ele deu a entender que, quaisquer que fossem as decisões tomadas em Cartagena, elas não teriam muita importância e que os países industrializados, tal como decidiram na reunião de cúpula de Londres, continuariam a patrocinar o encaminhamento de questões ligadas à dívida através de organismos internacionais.

A irritação do secretário, à época, estava visivelmente relacionada com o noticiário alarmista da imprensa norte-americana quanto à constituição de um "cartel de devedores". E, na realidade, contribuíam para dar essa impressão a atitude do governo da Venezuela, recusando-se a aceitar o programa de ajustamento propugnado pelo FMI, e o aparente desafio argentino à comunidade financeira internacional. Hoje, estas são questões superadas e o governo dos Estados Unidos mostra compreender a necessidade de dar uma satisfação aos latino-americanos.

Mas está claro que a proposta formulada por Regan representa uma hábil manobra. Ao sugerir o Comitê Interino como foro para as discussões, o secretário afasta a ideia de uma reunião de cúpula, na qual os países industrializados e os endividados seriam representados por chefes de governo ou por altos funcionários especialmente credenciados.

Essa atitude, aliás, está bem de acordo com o estilo da administração republicana. Há pouco mais de dois anos, quando se realizou a conferência Norte-Sul em Cancún, o presidente Ronald Reagan viu-se constrangido a comparecer — e o fez mais em deferência ao governo do México, que tanto empenho colocou na promoção do evento. Mas desde logo era evidente que o presidente americano não acreditava que a reunião viesse a ter maior consequência.

Descartar-se de compromissos em Cancún foi tarefa relativamente fácil por não haver uma pauta específica de reivindicações. Os países do Sul menos desenvolvidos tencionavam, acima

de tudo, marcar uma posição com relação a temas candentes, como protecionismo, transferência de tecnologia, etc., mas não reclamavam uma resposta em termos perfeitamente definidos.

Uma conferência reunindo os grandes países desenvolvidos e os endividados, tal como foi proposto em Buenos Aires, teria um sentido diferente. Um encontro desse tipo, se vier a se realizar, não pode ficar adstrito a discussões inconclusivas sobre questões de juros, reescalonamento de prazos, mas deveria estabelecer parâmetros para uma renegociação global de dívidas externas.

E compreensível, portanto, a preferência de Washington pela alternativa de canalizar as discussões para o âmbito dos comitês do FMI. A manobra pode funcionar, mas terá um efeito apenas protelatório. Como muitos empresários e personalidades de influência tanto dos países da América Latina quanto dos próprios Estados Unidos, estamos convencidos de que uma renegociação global das dívidas do Terceiro Mundo é inescapável.